

Revista

ROMÁRIO

EDIÇÃO 1/2017

FUNK

Projeto quer
criminalizar
o gênero

JUSTIÇA

MP inocenta
Romário de
acusação de
conta na Suíça

PODEMOS

Romário muda de
partido e defende
nova política



FOTO: JUNIAS PEREIRA/AGÊNCIA SENADO

ROMÁRIO DEFENDE QUE SUS
DISPONIBILIZE CIRURGIA PARA

DIABETES

Salve, galera!

Como anda a sua saúde? Nos últimos meses, esse assunto dominou a minha vida e grande parte das minhas atividades aqui no Senado. Explico.

No ano passado, já com sintomas de diabetes comprometendo meu bem-estar, resolvi entrar em um centro cirúrgico para fazer um procedimento e me curar do problema. Sim, o diabetes tem cura. O procedimento não é simples e só é seguro para algumas pessoas, mas o problema mesmo é que a cirurgia de interposição ileal, como é chamada, ainda é considerada experimental no Brasil. Na prática, isso significa que os planos de saúde não são obrigados a cobrir a cirurgia, nem o Sistema Único de Saúde (SUS). Aí é que entra o Senado. Consciente de que a cirurgia pode ser a salvação para milhares de doentes, que gastam uma fortuna com medicamentos todos os meses, defendi aqui em Brasília que o procedimento passasse a ser realizado no SUS.

Explico tudo isso nas páginas desta revista.

Porém tem muito mais. Com a grave crise econômica que o país está mergulhado, milhares de pessoas perderam seus empregos, consequentemente, seus planos de saúde. Isso porque 80% dos planos de saúde no Brasil são do tipo coletivo, concedido como benefício das empresas. Sem assistência privada, as pessoas recorrem ao SUS, sobrecarregando ainda mais um sistema já tão precário. Isso me fez cobrar diversas vezes que o governo não interrompesse os investimentos em saúde, pelo contrário, que aumentasse. Afinal, se já é ruim sem emprego, imagina sem saúde?! Todas essas informações estão registradas nas páginas da revista, uma prestação de contas. Para lembrá-los que estou atento às necessidades da população.

Um abraço a todos!



REDES SOCIAIS



WWW.ROMARIO.ORG



ROMÁRIO FARIA



@ROMARIOFARIA



@ROMARIOONZE



ADICIONE: (21) 99794-9911

EXPEDIENTE

BRASÍLIA

SENADO FEDERAL, ALA NILO COELHO, GABINETE 11, ANEXO II
PRAÇA DOS TRÊS PODERES - BRASÍLIA - DF - CEP 70165-900
TELEFONES: (61) 3303-6517 / 3303-6519

RIO DE JANEIRO

AV. DAS AMÉRICAS N° 3500 EDIFÍCIO HONG KONG 3000
SALA 130 - BARRA DA TIJUCA - RJ - CEP: 22640-102
TELEFONE: (21) 3988-9511

JORNALISTA RESPONSÁVEL:
LETÍCIA ALCÂNTARA

TEXTO:
LETÍCIA ALCÂNTARA
MAYNA RUGGIERO
PAULA TUBINO

PROJETO GRÁFICO:
RAFAEL COELHO MINERVINO



ROMÁRIO CRITICA A GESTÃO DO PREFEITO DO RIO

Osenador Romário subiu à tribuna do Senado para fazer críticas ao prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella. Para o parlamentar, o prefeito se revelou um "péssimo administrador" e, por enquanto, a seu ver, só cuidou de si, dos parentes e dos amigos.

"Se eu tivesse que avaliar a gestão em uma única palavra, seria péssima", disse.

De acordo com o senador, desde que assumiu, Crivella coleciona trapalhadas. "Após a tentativa de nomear seu filho como Secretário da Casa Civil, que foi barrado pela justiça, nomeou dois mortos, um para a RioTur e outro para a Secretaria de Esportes e Lazer", lembrou.

O parlamentar também criticou o pagamento de supersalários para assessores próximos do prefeito; a ausência da autoridade maior do município na festa de carnaval deste ano e o corte no orçamento da Saú-

de. Segundo ele, apenas o Hospital Souza Aguiar, um dos principais do Rio, vai perder R\$ 33 milhões.

Romário reclamou também do fechamento de 12 das 22 vilas olímpicas da cidade, fato que está prejudicando a vida de crianças e adolescentes, que precisam desses espaços para a prática de esportes e lazer.

"O que conhecíamos antes era um produto de marketing feito para ganhar a eleição. E o pior de tudo é que eu também acreditei e ajudei a elegê-lo, pedindo voto para ele. Esse aí me enganou e se revelou um mau caráter, mentiroso e safado. Infelizmente, quem paga o pato é a população do Rio de Janeiro, mas eu continuarei aqui, atento para denunciar a incompetência e o mau uso do dinheiro público, sem medos e, como todos sabem, sem papas na língua", afirmou.



Osenador Romário se posicionou, em discurso, sobre a atual crise financeira vivida pela Universidade do Estado Rio de Janeiro (UERJ). A instituição é a segunda melhor universidade do Rio e a 15ª melhor do Brasil, mas, devido à falta de repasses do governo estadual, só pôde dar início as aulas do segundo semestre de 2016 em março deste ano.

Dos 90 milhões de reais destinados anualmente para o custeio da universidade, o governador Luiz Fernando Pezão repassou apenas 15,5 milhões, em 2016, de acordo com a UERJ. Ainda segundo a universidade, até março de 2017, não havia sido repassado nenhum valor. Professores, técnicos e alunos ficaram prejudicados. Os bolsistas, que dependem do auxílio para se alimentar, não receberam a bolsa e o restaurante universitário, o "bandejão", está inativo.

Alguns professores, bravamente, se mobilizaram para tentar dar iní-

cio ao semestre, mesmo sem receber o 13º e o pagamento referente a fevereiro, mas, sem dinheiro, até as pesquisas ficaram prejudicadas. O senador se indignou com a situação. "Apesar da atitude heroica de professores e servidores, que iniciaram as aulas como um aceno de esperança para a comunidade, a situação é insustentável. Eu faço aqui um apelo ao governador Luiz Fernando Pezão e ao governo federal para que juntos encontrem uma solução para que a UERJ retorne à normalidade", clamou o senador.

Essa é a pior crise financeira da história da UERJ. As dívidas com os terceirizados já ultrapassam os R\$ 20 milhões, o último pagamento realizado foi em dezembro de 2016. Além disso, o Hospital Universitário Pedro Ernesto, que possui capacidade para 512 leitos, estava funcionando com apenas 188 em março deste ano. Faltam materiais básicos, como esparadrapos, agulhas e medicamentos.

O senador ainda afirmou ter conhecimento dos problemas que o Rio de Janeiro está enfrentando, mas cobrou providências para que a educação não fique prejudicada. "Eu entendo que o Rio de Janeiro inteiro está em crise e que uma solução para a crise do estado é complexa, mas peço aos políticos e gestores que encontrem uma saída, mesmo que temporária, para o pagamento dos salários e bolsas de estudo da UERJ", declarou Romário.

Para o senador, a solução para a crise não é retirar o recurso das universidades e sim investir nestas instituições. "É a educação que vai salvar este país. A educação forma cidadãos conscientes, que não permitirão que a corrupção se alastre novamente. A educação forma empreendedores e profissionais capacitados, que conduzirão o país para o caminho do crescimento", finalizou o parlamentar.

ROMÁRIO SE FILIA AO **podemos**

As sociedade vem experimentando mudanças sociais no modo de interagir e se relacionar com o mundo. Os avanços tecnológicos e a inclusão digital são as fontes propulsoras dessas mudanças. O impacto disso chegou também na forma de fazer política, com o cidadão querendo ser ouvido e participar cada vez mais dos processos de decisão. É nesse cenário que o partido PODEMOS quer atuar e ganhou um importante apoio com a filiação do senador Romário.

O parlamentar Romário assinou, em junho, a ficha de filiação do partido PODEMOS. Com proposta de mais participação popular, a legenda foi lançada oficialmente com uma grande celebração em Brasília, dia 1º de julho.

“Escolhi o PODEMOS pelo partido apresentar um modelo de fazer política mais conectado com a sociedade atual, que quer participar de forma direta e não se identifica mais com a velha política. O PODEMOS não se intitula de nem esquer-

da nem de direita, é um partido que trabalha com causas e é o cidadão que dirá o Brasil que devemos construir”, afirmou o senador ao anunciar sua filiação, em uma nota publicada em sua rede social.

Outro nome de peso que se filiou ao partido foi o senador Álvaro Dias (PR), ambos farão parte da Executiva Nacional da legenda. Romário também será responsável por organizar e presidir o PODEMOS no estado do Rio de Janeiro.

Modo PODEMOS de legislar

Iniciativa Popular Digital

Utilizar ferramentas digitais para coleta de propostas de iniciativa popular a serem apreciadas pela bancada do PODEMOS, desde que contenham mais de 20 mil assinaturas e que estejam de acordo com os requisitos de constitucionalidade e não atentem contra os princípios fundamentais do partido.

PODEMOS Decidir

A bancada do partido selecionará uma ou mais proposições de interesse nacional a serem colocadas em pauta no plenário e nas comissões da Câmara dos Deputados. A proposta selecionada deverá ter recebido no mínimo mil votos em votação a ser feita em três formatos: fechamento de questão, proporcionalidade de votação por estado e proporcionalidade de votação nacional. O levantamento será realizado pelo Portal PODEMOS, iniciando pela câmara federal, depois nas assembleias legislativas e nas câmaras municipais.

LAVA-JATO

FACHIN ARQUIVA INVESTIGAÇÃO CONTRA ROMÁRIO

O ministro Luiz Edson Fachin, relator da Operação Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), atendeu a um pedido do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, e arquivou o inquérito contra o senador Romário (PSB-RJ).

O parlamentar havia sido citado nas delações da empreiteira Odebrecht. O conteúdo da delação, no entanto, inocentava o senador de ter recebido qualquer quantia da empresa.

Romário se manifestou por meio de suas redes sociais, comemorando o arquivamento: "Não vão me meter no meio dessa lama".

HISTÓRICO

Em abril, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Edson Fachin abriu 76 inquéritos para investigar

políticos com foro privilegiado citados nas delações de ex-executivos da Odebrecht, no âmbito da Operação Lava Jato. A lista inclui oito ministros, 29 senadores e 39 deputados, entre eles os presidentes do Senado e da Câmara.

A operação Lava Jato é a maior investigação de corrupção e lavagem de dinheiro que o Brasil já teve. Estima-se que o volume de recursos desviados dos cofres da Petrobras, maior estatal do país, esteja na casa de bilhões de reais. Soma-se a isso a expressão econômica e política dos suspeitos de participar do esquema de corrupção que envolve a companhia.



JANOT INOCENTA ROMÁRIO

DE ACUSAÇÃO SOBRE CONTA NA SUÍÇA

No início de maio, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, mandou arquivar a investigação sobre uma suposta conta do senador Romário (PSB-RJ) na Suíça. A suspeita iniciou depois da publicação de um extrato bancário falso na revista *Veja*, em 2015. O documento atribuía ao senador a quantia de R\$ 7,5 milhões, não declarados à Receita Federal.

Na época, o próprio senador foi à Suíça e recebeu documentos do banco que comprovavam a falsidade do extrato. Posteriormente, Romário solicitou ao Ministério Público que o investigasse. A investigação chegou ao fim quando Janot assinou o pedido de arquivamento

do procedimento investigativo. Para elucidar os fatos, o procurador pediu cooperação jurídica ao Ministério Público da Confederação Helvética, que acionou o banco suíço BSI.

"Verifica-se (...) que o BSI negou manter relacionamento bancário com Romário de Souza Faria, bem como informou que a conta corrente com o número mencionado na reportagem do semanário 'Veja' não existe, assim como a cópia do extrato bancário publicada é falsa, pois não condiz com o 'layout' adotado por aquela instituição financeira. Nesse sentido, não há elementos concretos de prova a subsidiar a suspeita inicial", escreveu Rodrigo Janot no pedido de arquivamento. E concluiu: "O banco BSI, ao declarar a

inexistência da conta corrente mencionada na reportagem, afasta a veracidade do conteúdo do extrato bancário publicado, demonstrando que os fatos delituosos imputados ao congressista são inverídicos".

Romário se manifestou por rede social. Na nota divulgada, o senador disse que o arquivamento encerra um longo capítulo de calúnias criminosas que inventaram contra ele. "Já disse uma vez e vou continuar repetindo: Eu não fingo ser decente e direito, eu sou. E estou provando mais uma vez", declarou.

Romário processou a revista *Veja* e cobra do semanário R\$ 75 milhões de indenização.



SENADO APROVA FIM DO FORO PRIVILEGIADO

PARA ROMÁRIO, FORO SE TORNOU INSTRUMENTO DE IMPUNIDADE

O Senado Federal aprovou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 10/2013, que acaba com o foro privilegiado nos casos de crimes comuns. A proposta aguarda votação na Câmara dos Deputados.

Com a sanção da PEC, todas as autoridades e agentes públicos, hoje beneficiados com o foro, responderão a processos iniciados nas primeiras instâncias da Justiça comum. As exceções são os chefes dos três poderes da União: Executivo, presidente da República; Legislativo, presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal; e do Judiciário, presidente do Supremo Tribunal Fe-

deral. A PEC é de autoria do senador Álvaro Dias (PODEMOS-PR) e teve como relator o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

A proposta teve total apoio do senador Romário. Para o parlamentar, o foro é usado como artifício para burlar a Justiça. "Hoje o foro é só mais um instrumento de impunidade para fazer com que alguns políticos façam o possível e o impossível para serem eleitos e, com isso, escapar dos juízes da primeira instância. Ninguém aguenta mais ver políticos colecionando processos no Supremo e andando por esses corredores com ar desocupado", declarou o senador na tribuna do Senado.

A afirmativa do senador refere-se à lentidão nos julgamentos, em função da sobrecarga das instâncias judiciais superiores, o que acaba por prolongar o tempo de julgamento dos processos, beneficiando os investigados e contribuindo para a impunidade. O STF julga cerca de 100 mil casos por ano, em processos que vão desde fatos graves, como homicídios, até fatos banais.

De acordo com matéria disponível no site da Revista Exame, em 22 de setembro de 2016, nos últimos 27 anos, o número de parlamentares que foram investigados ou respondem por ações penais no Supremo Tribunal Federal (STF) ultrapassou

500 pessoas e desses, apenas 16 foram condenados por corrupção, lavagem de dinheiro ou desvio de verba pública. Números que reforçam a lentidão nos julgamentos e no manejo processual como "instrumento de fuga".

O foro privilegiado é um direito adquirido por algumas autoridades públicas, que garante um julgamento especial e particular, em instâncias superiores, quando são alvos de processos penais. No Brasil, ele contempla os principais cargos públicos de todas as esferas (União, Estado e município), mas vem sendo questionado pela população e até mesmo por ministros da Suprema Corte. Entre as questões levantadas para o fim do foro privilegiado está, além da sobrecarga dos tribunais superiores, sua inconstitucionalidade, já que abre uma exceção no preceito de que todos os cidadãos são iguais perante a lei.

Nos casos de foro privilegiado a investigação é supervisionada pela Procuradoria Geral da República, que analisa as informações levantados pela Polícia Federal e decide apresentar denúncia formal ao STF. A partir de então, cabe aos ministros

da Suprema Corte decidirem pela abertura de uma ação penal. "Alguns políticos, após anos de investigação, renunciam ao cargo quando seus processos estão prontos para serem julgados pelo Supremo Tribunal Federal. Uma manobra para que o processo retorno à primeira instância, enquanto isso, o prazo prescreve e ele fica impune", aponta Romário.

HISTÓRIA

Instituído no Brasil pela primeira Constituição republicana, de 1889, o foro privilegiado já previa o julgamento por instâncias superiores aos membros do STF, juízes federais de penúltima instância, presidente da República e aos ministros de Estado.

Com a Constituição de 1988, a lista de contemplados aumentou e infrações penais comuns passaram a ser julgadas em Tribunais de Justiça, no caso de prefeitos, deputados estaduais e outros cargos designados pelas Constituições Estaduais; pelo Superior Tribunal de Justiça, os governadores, desembargadores dos Tribunais de Justiça, membros dos Tribunais Regionais Federais, Eleitorais e do Trabalho; e no Supre-

mo Tribunal Federal, o presidente da República e vice, ministros do Estado, membros dos tribunais superiores, senadores e deputados federais.

POPULAÇÃO É CONTRA O FORO

Em enquete, disponível no site do Senado Federal, 99,6% das pessoas que participaram da votação são a favor do fim do foro privilegiado. O benefício ganhou ainda mais evidência e apoio popular durante a investigação da operação conhecida como "Lava Jato", que é a maior investigação de corrupção e lavagem de dinheiro público que o Brasil já teve. Nesta operação, pelo menos 50 investigados detêm, atualmente, foro indireto no Supremo Tribunal Federal (STF). São pessoas que não possuem cargo com prerrogativa para serem julgados pela Corte, mas têm seus casos conduzidos no tribunal em função da ligação com autoridades.

A Proposta de Emenda à Constituição, que acaba com o foro por prerrogativa de função, passou por duas sessões de votações no Senado Federal e será votada na Câmara dos deputados, também em dois turnos.



ROMÁRIO VAI REJEITAR PROPOSTA QUE CRIMINALIZA O FUNK

Escolhido relator da sugestão de projeto de lei que criminaliza o funk, o senador Romário anunciou que vai rejeitar o texto. O parlamentar se manifestou nas redes sociais e disse ser um "grande equívoco relacionar a ocorrência de eventuais atos criminosos durante os bailes funks à manifestação cultural".

A proposta que propõe o fim do funk no Brasil começou a tramitar no Senado Federal em 26 de maio, como sugestão de projeto de lei depois de receber 22 mil apoios no canal "e-Cidadania". O portal do Senado permite que qualquer pessoa sugira uma ideia de lei e, caso consiga 20 mil assinaturas em quatro meses, o texto passa a ser debatido no parlamento.

De acordo com Marcelo Alonso, autor da proposta de criminalização do ritmo musical, o funk atende ao interesse de criminosos, como traficantes, estupradores e pedófilos. "O

funk faz apologia ao crime, fala em matar a polícia. Sou pai de família e se eu não me preocupar com o futuro, amanhã só teremos marginais", diz Alonso.

Romário rebate os argumentos e lembra que o Código Penal já prevê mecanismos legais para combater os crimes mencionados por Alonso. "A violência, o desrespeito ao próximo, os atos de vandalismo, o uso excessivo de álcool e a exploração sexual são comuns a todas as festividades conhecidas e não são exclusividade dos bailes funk. Certamente, durante o carnaval, podemos observar as mesmas cenas que chocaram os apoiadores da presente sugestão, mas, nem por isso, sugerir-se criminalizá-lo", argumenta o senador.



FOTO: ALEXANDRE MACIEIRA/RIOTUR



ROMÁRIO PEDE INVESTIMENTOS NO SUS

SAÚDE PÚBLICA FOI AFETADA PELA CRISE FINANCEIRA E PELO ALTO ÍNDICE DE DESEMPREGO

Osenador Romário discursou sobre os impactos da crise econômica na saúde pública do Brasil. De acordo com o parlamentar carioca, há uma relação entre o desemprego e o consequente cancelamento dos planos de saúde privados. Com a retração de 3,8% no PIB, em 2015, e uma queda registrada de 3,5%, em 2016, os reflexos na economia são assustadores. Atualmente, o país tem aproximadamente 14 milhões de pessoas desempregadas.

Na avaliação de Romário, esses números impactam diretamente no Sistema Único de Saúde (SUS) e a saída é aumentar os investimentos. "Desde 2015, 2,5 milhões de brasileiros perderam seus planos de saúde. Esse número é um alerta, precisamos garantir que essas pessoas estejam amparadas pelo SUS, mantido

com a contribuição de todos os brasileiros. Precisamos garantir os direitos do cidadão e, para isso, aumentar os investimentos é primordial", ressaltou.

Segundo dados da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), 80% dos planos de saúde privados no Brasil são do tipo coletivo, concedidos como benefício aos empregados, portanto, quem perde o emprego também perde o plano de saúde. De acordo com Romário, a Constituição garante a todos os cidadãos o acesso à saúde pública gratuita, através do SUS.

Ainda segundo o senador, o ingresso de mais usuários no sistema público impõe que o país invista mais e melhor seus recursos. "Em valores consolidados, hoje aplicamos menos de 4% do PIB na saúde. Um estudo do Conselho Federal de

Medicina e da ONG Contas Abertas mostra que o gasto médio do governo com saúde, por habitante, é de R\$ 3,89 por dia. Isso é menos do que o brasileiro gasta com o ônibus para ir e voltar do trabalho", declara Romário.

O parlamentar lembra, ainda, que é preciso combater a corrupção e o desperdício. Além disso, afirma que a estrutura de financiamento do SUS precisa ser revista e que, mesmo com a crise no país, irá continuar na luta por maiores investimentos no sistema público de saúde. "Neste ano, em que tanto se fala em cortes de investimentos, eu estarei aqui para garantir que o SUS e a saúde pública recebam a atenção e os recursos que merecem", prometeu o senador.



FALTA DE MEDICAMENTOS

TEM CAUSADO DANOS IRREVERSÍVEIS À POPULAÇÃO, DENUNCIA ROMÁRIO



Osenador Romário (PSB-RJ) se pronunciou a respeito da falta de medicamento para doenças raras e doenças graves na rede pública de saúde. Entre os medicamentos em falta está a fórmula nutricional para pacientes com Fenilcetonúria. A descontinuidade do tratamento pode levar a perda da capacidade de andar, falar e causar danos cerebrais.

O senador explicou que a Fenilcetonúria é uma doença rara, de origem genética e ainda incurável, que afeta o metabolismo das pessoas. A doença, se não for tratada, prejudica o desenvolvimento do cérebro e a capacidade mental da criança, além de provocar problemas motores e na fala.

O custo do medicamento é outro fator relevante. "Quatro latas da fórmula, o suficiente para uma criança durante um mês, custam em torno de R\$1.600. Esse é um valor inacessível para a maioria dos brasileiros. Quando falta a fórmula na rede pública, muitas vezes o tratamento é interrompido e os pais assistem, im-

potentes, a uma terrível degradação das condições de saúde de seus filhos", declarou.

Em uma situação ideal, todas as crianças com a doença conseguiram essa fórmula alimentar. No entanto, falta estoque no Sistema Único de Saúde (SUS). "A fórmula nutricional já foi aprovada pelos protocolos clínicos e o seu fornecimento é garantido pelo SUS. Portanto, bastaria que as secretarias de saúde cumprissem o seu papel de manter os estoques adequados, mas isso não está acontecendo", alertou o senador.

Romário ainda pediu que os senadores ajudem a solucionar a questão da falta de medicamentos na rede pública de saúde, solicitando providências para que o estoque de medicamentos para doenças raras e doenças crônicas seja restabelecido e não falte mais. "Recebemos relatos denunciando também a falta de medicamentos para Fibrose Cística, Lúpus, Esclerose Lateral Amiotrófica e várias outras doenças, todas muito graves", complementou.



SITUAÇÃO DE PACIENTES “RAROS” PREOCUPA O SENADOR

ELA

Romário subiu à tribuna para denunciar a falta de remédios para pacientes de Esclerose Lateral Amiotrófica (ELA) nos centros públicos de distribuição. Ele pediu explicações às secretarias de Saúde dos estados onde falta o remédio.

AME

O senador pediu urgência da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) na revisão do processo de liberação do remédio Spinraza, usado para o tratamento de crianças

e adultos acometidos pela Atrofia Muscular Espinal (AME). Primeiro medicamento aprovado para a AME no mundo, o Spinraza tem apresentado resultados promissores na redução e controle dos sintomas da doença, que afeta o neurônio motor, causando a perda progressiva dos movimentos. Ela se manifesta em uma a cada dez mil pessoas, e não tem cura conhecida.

NEUROMIELITE ÓPTICA

Além da falta de remédios, Romário também cobrou centros de referênc-

cia para tratar pessoas com doenças raras. Ele citou como exemplo a necessidade de diagnóstico e tratamento da Neuromielite Óptica. A doença atinge duas pessoas em cada cem mil e não tem cura conhecida.

“São milhares de doenças raras em um país de proporções continentais e a única solução para esse desafio é trabalhar em rede usando as tecnologias de comunicação para multiplicar o alcance dos especialistas do SUS”, disse.

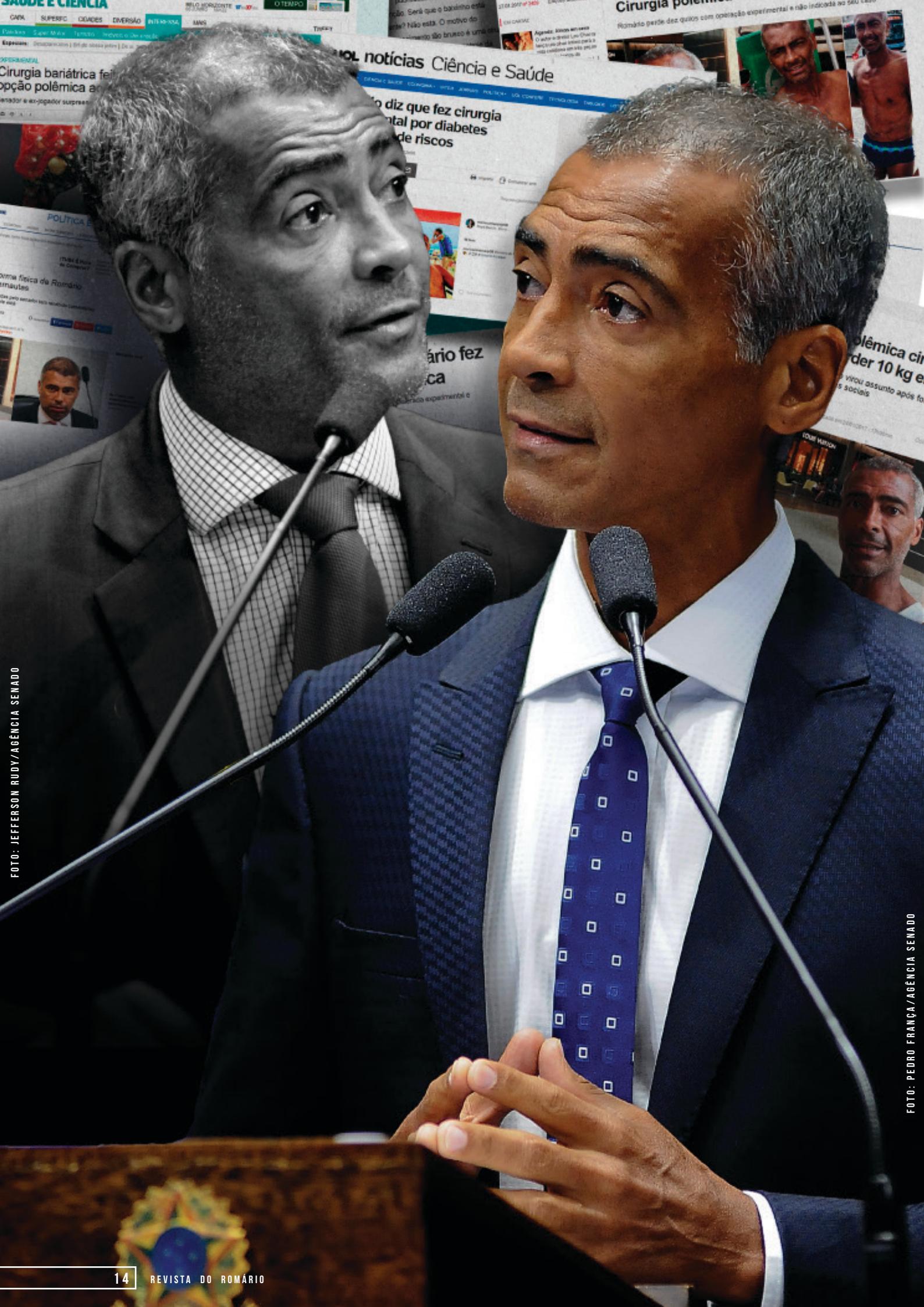


FOTO: JEFFERSON RUDY/AGÊNCIA SENADO

FOTO: PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO

ROMÁRIO PEDE QUE SUS DISPONIBILIZE CIRURGIA PARA

REVERTER DIABETES



No início do ano, muitas pessoas viram circular nas redes sociais fotos do ex-jogador Romário com uma aparência irreconhecível. Sempre saudável, fruto da vida de esportista, Romário agora assustava pela magreza, depois de perder 20 quilos em poucos meses. A repercussão das imagens foi tão grande que o senador resolveu conceder uma entrevista para acalmar os fãs. Em rede nacional, Romário explicou que a magreza não era sinal de doença, mas sim de saúde. Ele havia se submetido a uma cirurgia, até então pouco conhecida, para reverter o diabetes (tipo 2) e estava curado.

O procedimento, chamado de gastrectomia vertical com interposição ileal, estimula o organismo a produzir mais insulina, evitando o acúmulo de glicose no sangue, característico do diabetes. Como a cirurgia retira parte do estômago, Romário teve muita dificuldade para comer nos meses de recuperação e isso o levou a perder muitos quilos rapidamente.

E como está hoje a saúde do Bixinho? "Estou 100% curado. Antes de realizar a cirurgia, minha glicemia estava em 400 e já afetava minha visão, hoje não passa de 85 a 90", comemora.

Animado com os resultados, o senador subiu à tribuna do Senado para reivindicar que o tratamento seja disponibilizado para todos os brasileiros. Hoje o diabetes é uma

doença que mata 72 mil pessoas, por ano, só no Brasil.

"Nos últimos sete anos, convivi diariamente com os problemas e as limitações causados por essa doença. Felizmente, graças à capacidade dos médicos que cuidaram de mim, minha história tem um resultado feliz, mas que infelizmente ainda não está acessível a todos", lamentou.

O pleito de Romário só esbarra em um problema, a gastrectomia vertical com interposição ileal é um procedimento declarado legal pela Justiça Federal, já faz alguns anos, mas ainda é experimental no Brasil. Isso significa que nem o Sistema Único de Saúde (SUS) é obrigado a realizá-la, nem os planos de saúde arcaram com os seus custos. Na prática, os médicos que a realizam nem poderiam cobrar pelo procedimento cirúrgico, mas não é isso o que acontece. Hoje, quem pode pagar pelo tratamento paga, deixando as pessoas mais pobres à margem, sem opção de cura, apenas com os cuidados paliativos. O que inclui o alto custo de remédios que precisam ser tomados diariamente.

"Fiquei surpreso quando soube que a Câmara Técnica do Conselho Federal de Medicina aprovou a cirurgia, após análises por dezenas de especialistas, e a sua cúpula diretiva rotulou o procedimento como experimental", explicou Romário.

A denominação "experimental" exime seguradoras e planos de saú-



Romário antes e depois da cirurgia

de de pagar os custos da cirurgia aos seus segurados. Vale lembrar que o transplante de fígado foi, por quase 20 anos, considerado experimental, gerando as mesmas dificuldades para quem precisava da cirurgia.

"Não sou profissional da medicina e só posso falar por mim mesmo, mas os resultados que alcancei me transformaram em porta-voz dessa causa. Sei que muita coisa entra em jogo quando falamos em curar pessoas, que vão parar de tomar remédios caros. Não deveria ser assim, mas existem interesses econômicos envolvidos", alerta o parlamentar.

Médicos, planos de saúde, laboratórios farmacêuticos e os meios de comunicação fazem parte de uma cadeia econômica que, muitas vezes, não tem interesse em acabar com essa multidão de doentes entrando pela porta dos hospitais e saindo dali direto para a farmácia. Enquanto para as pessoas que sofrem de diabetes, isso é uma prisão perpétua, para alguns, é lucro certo", aponta Romário.

FOTO: DIVULGAÇÃO/SBT



Romário concedeu uma entrevista para o Programa da Eliana. Da esq. para direita: Isabella, Belinha, Ivy e Eliana.

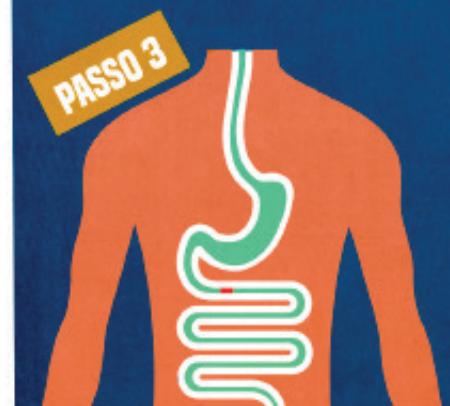
ENTENDA O PROCEDIMENTO



Realiza-se uma gastrectomia vertical para retirar parte do estômago.



A região no final do intestino delgado, chamada de ileo, é transposta para perto do estômago. Com essa transposição, o ileo recebe os alimentos logo após eles passarem pela região estomacal. Portanto, a digestão acontece de forma muito rápida. Essa alteração feita pela cirurgia também eleva a produção de um hormônio conhecido como GLP-1.



O aumento da produção de GLP-1 contribui com o funcionamento do pâncreas. Dessa forma, o corpo passa a produzir mais insulina e evita o acúmulo de glicose no sangue.

DIABETES

O diabetes é uma doença crônica, que surge quando o pâncreas não consegue produzir insulina suficiente ou quando o corpo não consegue processar a insulina produzida. Essa doença, se não for tratada, pode gerar complicações sérias, como ataques cardíacos, problemas renais, acidente vascular cerebral, cegueira e amputações.

PREVENÇÃO AINDA É O MELHOR REMÉDIO

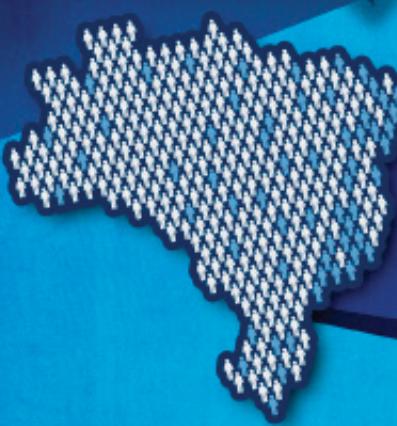
A atividade física regular, acompanhada de uma alimentação balanceada, é uma das principais ações para impedir o aparecimento do diabetes. Um estudo do Ministério do Esporte apontou que 45,9% dos brasileiros são sedentários. Quase metade da nossa população não se exercita, aumentando os casos de obesidade e diabetes. Fumo e álcool, sempre vilões da saúde, também devem ser evitados.

DOENÇA INCAPACITA PARA O TRABALHO

Muitos diabéticos se tornam incapacitados para o trabalho, em função das complicações crônicas. Analisando estimativas de 25 países latino-americanos, calcula-se que os custos decorrentes da perda de produção podem ser cinco vezes maiores que os custos diretos da doença.

Apenas em 2015, o Sistema Único de Saúde (SUS) gastou R\$92 milhões com internações causadas pelo diabetes.

DADOS OMS



16 milhões de brasileiros adultos (8,1%) sofrem de diabetes



Dados refletem aumento dos fatores de risco associados, como o **excesso de peso, a obesidade e a inatividade física**.



422 milhões de adultos em todo o mundo viviam com diabetes em 2014. 8,5% da população mundial

Por ano, a doença mata **72 mil** pessoas no Brasil





COMISSÃO APROVA CRIAÇÃO DE POLÍTICA NACIONAL DE DOENÇAS RARAS

AComissão de Direitos Humanos do Senado aprovou, em março, o relatório do senador Romário favorável ao projeto de lei da Câmara que cria uma Política Nacional de Doenças Raras (PLC 56 de 2016). O texto foi aprovado por unanimidade.

"Essa política determina o atendimento especializado, humanizado e integrador de todas as áreas de cuidados indicadas ao caso do paciente", explicou o senador.

O parlamentar elogiou o projeto e detalhou as demais garantias do texto. "A proposição contém duas soluções normativas que irão aliviar as aflições dos doentes e de seus familiares: a primeira determina que o SUS insira o "medicamento órfão", aquele indicado exclusivamente para o tratamento de doença rara, na relação de medicamentos a serem obrigatoriamente adquiridos pelo SUS. A segunda prevê que o Poder Executivo deverá fixar, no orçamento, valores referentes a equipes profissionais para atendimento dos pacientes com doenças raras", explicou.

O projeto agora será analisado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado.

ATENÇÃO BÁSICA E ESPECIALIZADA

A política será implementada tanto na chamada atenção básica à saúde,

quanto na atenção especializada. Na atenção básica (Unidades Básicas de Saúde e Núcleo de Apoio à Saúde da Família), serão identificados os indivíduos com problemas relacionados à anomalias congênitas, erros inatos do metabolismo, doenças geneticamente determinadas e doenças raras não genéticas. A ideia é que os portadores de doenças raras sejam identificados precocemente, no pré-natal ou ainda recém-nascidos, e que recebam o tratamento adequado desde a primeira infância. A política prevê ainda o suporte às famílias dos pacientes com doenças raras.

Já na atenção especializada (Unidades de Atenção Especializada e Reabilitação e centros de referência), serão realizados o acompanhamento especializado multidisciplinar e os demais procedimentos dos casos encaminhados pela atenção básica.

CENTROS DE REFERÊNCIA

Conforme o projeto, cada estado deverá estruturar pelo menos um centro de referência, que deve, na medida do possível, aproveitar a estrutura já existente em universidades e hospitais universitários.

A proposta determina ainda que os estabelecimentos de saúde habilitados em apenas um serviço de reabilitação passarão a compor a rede de cuidados à pessoa com doença

rara. O objetivo é dar assistências aos pacientes sem tratamento disponível no âmbito do SUS. A ideia é que esses centros possam se articular com a rede do SUS, para o acompanhamento compartilhado de casos, quando necessário.

MEDICAMENTOS ÓRFÃOS

A política reconhece o direito de acesso dos pacientes diagnosticados com doenças raras aos cuidados adequados, o que inclui a provisão de medicamentos órfãos (aqueles destinados ao diagnóstico, prevenção e tratamento de doença rara). Pelo texto, a necessidade de utilização desses medicamentos órfãos deverá ser determinada pelos centros de referência do SUS e reavaliada a cada seis meses.

Segundo o projeto, a incorporação do medicamento órfão pelo SUS deverá ser considerada sob o aspecto da relevância clínica e não sob o aspecto da relação custo-efetividade. A proposta diz, ainda, que os medicamentos órfãos destinados ao tratamento de doenças raras terão preferência na análise para concessão de registro sanitário junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e estabelece algumas regras para facilitar o registro.

*Com informações da Agência Câmara



COMISSÃO ESTENDE A SURDOS ISENÇÃO DE IPI E IOF NA COMPRA DE CARRO ZERO

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou dois projetos do senador Romário que ampliam os benefícios de isenção fiscal a pessoas com qualquer tipo de deficiência, incluindo as surdas, para a compra de veículos novos. O primeiro trata da isenção do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros (IOF) - (PLS 412 de 2015) e o segundo da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) - (PLS 28 de 2017).

O autor das propostas aponta que a legislação não contempla todos os tipos de deficiência. Atualmente, as leis só concedem a isenção de IOF a pessoas com deficiência física (Lei 8.383/1991) e a isenção do IPI a pessoas com impedimentos de ordem física, visual, mental e a autistas, privando pessoas com outros tipos de

deficiência sensorial, como é o caso das pessoas com deficiência auditiva, do direito de usufruir do benefício fiscal (Lei 8.989/1995).

Com a aprovação dos projetos essa diferença acaba, devendo figurar na lei apenas que o benefício poderá ser utilizado "por pessoas com deficiência". Para o parlamentar, a limitação da isenção dos impostos deve contemplar todas as categorias de deficiência. "A isenção do IOF, que hoje é uma espécie de compensação pelos custos com a adaptação de veículos, passaria a ser uma compensação inclusiva mais ampla, contraposta a todos os ônus, custos e barreiras que as pessoas com deficiência enfrentam na sociedade, reconhecendo que, mais do que um atributo exclusivamente pessoal, a deficiência é uma condição social", destaca Romário, na justificativa do projeto.

O senador Paulo Paim, que foi relator do PLS 28/2017, reforçou a importância dessa mudança na lei. "O projeto corrige uma restrição inaceitável nesse rol, explicada pela compreensão limitada, antiga e excludente das deficiências no momento em que esse direito foi criado", ressaltou.

Para Romário, os projetos corrigem, de certa forma, uma "injustiça legal", ao incluir todas as pessoas com deficiência como beneficiárias da isenção. O senador lembra que a isenção fiscal é uma forma de contribuir com a mobilidade da pessoa com deficiência, que terá mais condições de adquirir um automóvel.

Ambos os projetos estão na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para votação em caráter terminativo. Se aprovados, serão analisados na Câmara dos Deputados.



PROJETO DE ROMÁRIO PRORROGA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou, em maio, o projeto do senador Romário que prorroga, por mais 10 anos, a Lei de Incentivo ao Esporte (PLS 278 de 2015). A legislação permite ao contribuinte direcionar as deduções do imposto de renda devido, como patrocínio ou doação, para o apoio a projetos desportivos e paradesportivos. A proposta recebeu parecer favorável do relator, senador Paulo Paim (PT-RS).

Além de estender a validade da Lei nº 11.438 de 2006 até o ano de 2025, o projeto aumenta o limite de dedução relativo à pessoa jurídica, que passa de 1% para 4%.

De acordo com o senador Romário, a lei de incentivo ao esporte atendeu a mais de 3 mil projetos, desde 2007, recebendo um total de R\$ 1,3 bilhão. O autor acredita que, com o aumento do limite de dedução de imposto relativo à pessoa jurídica, mais recursos serão destinados ao desporto nacional.

No parecer, o relator senador Paulo Paim afirma que o projeto merece ter seu mérito destacado, por permitir a continuidade de incentivos ao desporto nacional. A matéria segue em caráter terminativo para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).



ROMÁRIO ENVIOU RELATÓRIO DA CPI DO FUTEBOL AO MINISTÉRIO PÚBLICO DA ESPANHA

O senador Romário enviou o relatório da CPI do Futebol aos procuradores do Ministério Público da Espanha, com o objetivo de contribuir para as investigações de desvio de dinheiro realizado pelo ex-presidente da CBF, Ricardo Teixeira. O relatório, de mais de mil páginas, contém evidências de crimes financeiros cometidos por Ricardo Teixeira, ex-presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o ex-presidente do Barcelona Sandro Rosell, preso em maio.

Embora não tenha sido preso, o ex-presidente da CBF, Ricardo Teixeira se tornou o principal alvo da Operação Rimet. De acordo com

a imprensa da Espanha, Teixeira é uma das cinco pessoas que possui mandato de prisão expedido pela operação.

No Brasil, o relatório paralelo da CPI pediu o indiciamento de Teixeira por estelionato, por crime contra a ordem tributária, contra o Sistema Financeiro Nacional, por lavagem de dinheiro, por organização criminosa e até por crime eleitoral. De acordo com as informações, enviadas pelo senador, Rosell também é citado no relatório, principalmente em relação a transferências diretas, milionárias, entre ele e o ex-presidente da CBF, Ricardo Teixeira.

Segundo uma rádio espanhola,

Rosell e sua esposa, com a ajuda de Teixeira, teriam recebido propina de 14 milhões de euros na negociação dos direitos de transmissão dos jogos da seleção brasileira. Segundo os espanhóis, a empresa que comprou os direitos pagou esse valor a Sandro Rosell e Ricardo Teixeira, que depois desviaram o dinheiro para Andorra.

Rosell foi preso após a Operação Rimet confirmar a atuação dele em uma organização criminosa. A operação ganhou este nome em referência à taça Jules Rimet, da Copa de 1970, roubada no Brasil.



SENADO APROVA REGULAMENTAÇÃO DA **PROFISSÃO DE GEOFÍSICO**

OSenado deu um importante passo rumo a regulamentação da profissão de geofísico. Em abril, os senadores aprovaram o projeto de Romário, que regulamenta o exercício da atividade. O texto também confere ao Conselho Federal de Engenharia e Agronomia a atribuição de determinar a competência profissional dos geofísicos, dos físicos, dos geólogos e dos engenheiros-geólogos.

A matéria estava em análise na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e recebeu parecer favorável do senador Paulo Paim (PT-RS). Para entrar em vigor, o projeto ainda precisa ser aprovado na Câmara dos Deputados.

A geofísica é definida como o estudo da terra mediante métodos físicos quantitativos, especialmente os de reflexão e refração sísmicas, gravimétricos, magnométricos, elé-

tricos, eletromagnéticos e radioativos. "Esta categoria necessita, com urgência, de reconhecimento na legislação profissional brasileira, visto a crescente demanda no mercado de trabalho, principalmente na prospecção de petróleo e questões ambientais e geotécnicas", afirma Romário.

De acordo com o senador, apesar do cenário de oportunidades, os profissionais formados enfrentam uma série de dificuldades pela ausência de regulamentação, com erros de interpretação quanto às reais competências e atribuições do profissional de geofísica. "Falta-lhes o respaldo legal capaz de lhes permitir a competição, em condições de igualdade, no mercado de trabalho, seja no momento da inserção ou da preservação dos seus empregos", explica o parlamentar.

É que muitos desses profissio-

nais, qualificados pelas empresas, estão privados de adquirirem seus respectivos acervos técnicos. Sem a regulamentação profissional do exercício de suas atividades, estão impedidos de efetuarem as Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) dos serviços prestados na área de Geofísica. Isso porque o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA) já deliberou que a pós-graduação não gera atribuição profissional, a não ser na mesma modalidade.

"Com a aprovação da regulamentação profissional dos geofísicos, serão eliminados os erros de interpretação quanto às reais competências e atribuições do profissional de geofísica, especialmente diante da realidade e do novo perfil exigido pelo mercado de trabalho e imposto pela globalização", comemora o senador.

SENADO APROVA **IMPENHORABILIDADE DO VEÍCULO DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou, em março, o projeto de lei de autoria do senador Romário, que torna impenhorável o veículo de pessoa com deficiência (PLS 183 de 2016).

O projeto prevê que o veículo da pessoa com deficiência não poderá ser usado para quitar nenhum tipo de dívida civil, comercial, fiscal, previdenciária ou de outra natureza, salvo nas hipóteses previstas na Lei. A impenhorabilidade incidirá sobre um único veículo de uso particular da pessoa com deficiência, proteção semelhante a que hoje é ou-

torgada ao bem de família.

De acordo com o senador Romário, o Estado não assegura a esse grupo de pessoas a estrutura mínima de livre locomoção, direito assegurado a todo cidadão pela Constituição. "Faltam rampas de acesso a calçadas e prédios, pavimento bem nivelado em vias públicas, elevadores hidráulicos para a ascensão de cadeirantes aos ônibus, entre outras omissões. Diante dessas circunstâncias, torna-se ainda mais evidente que, longe de constituir um luxo ou privilégio, a propriedade sobre um bem automóvel constitui, para es-

ses nossos cidadãos a acepção mais ampla do exercício da cidadania", declara Romário.

A impenhorabilidade não se aplica nos casos de financiamento destinado à aquisição do veículo, pelo credor de pensão alimentícia, por ter sido adquirido por meio de crime ou para execução de sentença penal condenatória a resarcimento, indenização ou perdimento de bens.

A proposição segue para exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em caráter terminativo.





ROMÁRIO CELEBRA INDEPENDÊNCIA DAS PESSOAS COM SÍNDROME DE DOWN

No Dia Internacional da Síndrome de Down, o senador Romário recebeu cerca de 500 pessoas para o seminário *Ir e Vir com Independência - Empoderamento de Pessoas com Síndrome de Down*. O evento foi realizado no Senado Federal com o objetivo de conscientizar a população sobre as possibilidades e o potencial das pessoas com a síndrome, além de ressaltar a importância da família no processo de autonomia profissional.

Com a presença de sua filha mais nova, Ivy, e de diversas autoridades como o ministro da Educação, Mendonça Filho, e o ministro do Supremo Tribunal Federal, Roberto Barroso, o senador enalteceu a coragem e disposição das pessoas com síndrome de Down. "Elas são sempre cheias de vida e de energia, merecem ter independência para escolher uma profissão e um trabalho, para se divertir e aprender, para praticar esportes, escolher suas turmas

e ter seu lugar em qualquer espaço da vida cotidiana", disse.

O ministro Barroso complementou a fala do senador falando sobre igualdade e aceitação das diferenças. Barroso lembrou que assim como existem negros e brancos, flamenguistas e vascaínos, existem pessoas com um cromossomo a mais. "Iguais na necessidade de amar e ser amado. Iguais na impermanência da vida. Tudo, um dia, acaba passando. Portanto, nós somos iguais na busca da felicidade e isso é, talvez, o traço mais homogêneo da nossa humanidade", declarou sob aplausos.

Mas o dia foi de protagonismo das pessoas com síndrome de Down. Após o discurso de abertura, os convidados subiram à mesa e se revezaram ao microfone para contar histórias emocionantes de superação e sucesso.

Ivy, filha caçula de Romário, se tornou YouTuber. Em seu canal na internet, a pequena exibe um pouco

de seu dia-a-dia, mostrando desde materiais que leva na mochila da escola, brincadeiras com a irmã, dicas de maquiagem e até um tour pelo seu quarto. O incentivo dos pais foi essencial e, hoje, a pequena Ivy já possui quase 6 mil seguidores. Seu canal possui o mesmo nome de seu livro, lançado no ano passado: "Mundo da Ivy". Com apenas 11 anos, Ivy já está na busca por sua independência e mostra que com dedicação é possível alcançá-la.

O evento foi recheado de histórias

FOTOS: LANA SILVEIRA

inspiradoras. O esportista Ian Stuckert falou sobre sua intensa rotina e reforçou como o esporte o ajudou na luta para conquistar mais autonomia. Ian ainda contou sobre trabalhos, atividades e planos para o futuro. "Hoje eu faço dança, judô e estou aprendendo fotografia com meu pai, pois



quero ser fotógrafo", disse. De acordo com ele, seu o primeiro trabalho foi fotografar o casamento do irmão.

Quem também emocionou o público presente no evento foi Paula Werneck. Há quase 10 anos no mercado de trabalho, ela enalteceu o papel da família na busca por sua independência. "Minha família me ensinou que eu tenho que cuidar de mim, tomar banho sozinha, comer sozinha, escolher minhas roupas", explicou. Hoje ela almeja morar sozinha e cursar enfermagem. "Minha família sempre me ajudou a conseguir meus sonhos. É muito importante o apoio da família", disse.

Uma das estrelas convidadas

foi Tathi Piancastelli. Ela escreveu e atuou no espetáculo "Menina dos Meus Olhos". Apresentado em Nova York e Miami, a peça foi consagrada com o Brazilian International Press Award, com o título de melhor espetáculo brasileiro apresentado nos Estados Unidos. "Conheço muita gente e tenho amigos no mundo todo. Viajo para diferentes cidades e conheço muitos lugares. Sou vista por muita gente e mostro que as pessoas com síndrome de Down também podem fazer arte", testemunhou Tathi.

A Maria Clara Israel, de 24 anos, deixou bem claro que escolhe as próprias roupas e se arruma sozinha todos os dias. A jovem ainda ressalta que não abre mão da companhia dos amigos e do namorado e que é possível sim ter autonomia na vida pessoal. "Adoro internet e acompanho meus amigos no Facebook. Depois do trabalho vou para a academia e aos sábados faço aula de teatro. Namoro há 3 anos e sempre passo o final de semana com meu namorado", contou orgulhosa.

Para fechar o círculo de palestras, Liane Collares, de 51 anos, contou sobre sua extensa vida profissional. Ela já trabalhou no Superior Tribunal de Justiça, na Coordenadoria Regional de Integração da Pessoa com Deficiência do Distrito Federal (DF) e também na Secretaria de Estado das Mulheres, também do DF. "O trabalho é importante na vida de qualquer pessoa, com deficiência ou não, pois o trabalho nos dá o sentido de viver e o pleno sentido da cidadania. Vocês acham que foi fácil ser incluída no

mercado de trabalho? Não foi fácil, mas eu fui à luta!", finalizou.

O evento ainda teve a apresentação do software "Participar", desenvolvido pela Universidade de Brasília (UnB), que auxilia na alfabetização de pessoas com deficiência intelectual e, ainda, diversas apresentações de dança, teatro e um desfile de modas com o grupo Fashion Inclusivo.

**Filha de
Romário, Ivy
Faria, virou
YouTuber**





COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO TEM NOVO PRESIDENTE

O Comitê Paralímpico Brasileiro elegera, em março, o quarto presidente de sua história. Ex-atleta de futebol de 5 (modalidade para cegos) e bicampeão paralímpico, Mizael Conrado foi eleito por aclamação para o mandato de quatro anos à frente da entidade. Formam a diretoria executiva junto com Mizael o primeiro e o segundo vice-presidentes, respectivamente, Naíse Pedrosa e Ivaldo Brandão. Mizael assumiu o cargo que era ocupado por Andrew Parsons, desde 2009. Mizael Conrado é o primeiro medalhista paralímpico a assumir o cargo de presidente do CPB. O ex-atleta, além das medalhas de ouro nos Jogos de Atenas, em 2004, e de Pequim, em 2008, foi considerado o melhor jogador de futebol de 5 do mundo, em 1998.



Romário dá pontapé inicial em jogo benficiante

ROMÁRIO É HOMENAGEADO EM EVENTO BENEFICENTE

O senador Romário foi o nome escolhido para receber a homenagem da 11º Copa de Futebol Society do Centro Universitário de Brasília (UniCeub). O torneio levou o nome do ex-jogador e arrecadou duas toneladas de alimentos que foram destinadas a entidades que atuam em favor de pessoas com deficiência: a APAE de Brasília e a Associação Pestalozzi.

Romário tem como bandeira na política a defesa de pessoas com deficiência e reafirmou esse compromisso na abertura do evento. "Todos sabem que eu tenho uma filhinha com Down e essa filhinha que me fez estar aqui, na política, lutando pelos direitos da pessoa com deficiência. Podem contar

com uma voz aqui, em Brasília, e em todo o Brasil. É sempre uma honra defender essa bandeira", ressaltou o senador.



Durante a cerimônia de abertura foram convidados dois representantes dos 24 times que competiram na Copa Society, todos utilizavam uniformes que faziam referência aos clubes em que Romário jogou como atacante: seleção brasileira, Vasco, Fluminense, Flamengo, América (RJ), Barcelona (ESP), Adelaide (AUS), PSV Eindhoven (HOL), Valência (ESP), Miami FC (EUA), e Al-Sadd Sports Club (QAT).

Romário ainda enfatizou a importância do esporte como ferramenta de inclusão social. "Tudo que eu conquistei na minha vida,

até os últimos seis anos, foi através do esporte. O esporte muda a sociedade. Através do esporte a gente pode socializar com pessoas diferentes, com pensamentos diferentes. Graças ao esporte eu consegui entender o quanto a política é importante na vida de todos nós, todos os dias", afirmou.

Romário foi convidado pelo reitor do UniCeub, Getúlio Lopes, e



pelo supervisor do Núcleo de Esportes, Daniel Veloso, para dar o pontapé inicial na bola que abriu o torneio. "A atuação seria como parlamentar, na defesa dos direitos das pessoas com deficiência, tem feito Romário mais uma vez referência", enfatizou Veloso.





WWW.ROMARIO.ORG



ROMÁRIO FARIA



@ROMARIOFARIA



@ROMARIOONZE



ADICIONE:
21 997949911

